



() CTS () CA () EAM () ENF () EAP () EX (X) FP () HFS () IDD () LEQ () MD () PEQ () TIC

Investigando o perfil profissional dos Professores de Química de três cidades do Vale do Jiquiriçá

Michely Santos Pirôpo* (IC)
UFRB, michelypiropo.mp@gmail.com

Mara A. Alves da Silva (PQ)
UFRB, mara@ufrb.edu.br

Resumo

O perfil profissional pode ser investigado a partir de dados funcionais dos professores. Determiná-lo é importante, pois possibilita conhecer os docentes que compõem as instituições públicas da região. Este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa e documental, que analisou os dados funcionais de professores de Química que atuam nas escolas estaduais de três cidades do Vale do Jiquiriçá. Os dados revelaram que o corpo docente de química é composto por sete mulheres e seis homens. Com relação à idade, todos os profissionais identificados nesta investigação possuem mais de 30 anos, com a maior parte deles (cinco) concentrada na faixa etária entre 41-50. A respeito da formação desses educadores, a grande maioria dos professores são licenciados em Química (onze). Dentre todos eles, um leciona apenas a disciplina da sua área de formação (PC-10). Considerando os indicadores de Adequação da Formação Docente estabelecido pela Nota Técnica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, ele enquadra-se no Grupo 1 (licenciatura em área específica), sendo o único docente do grupo analisado cuja área de formação coincide com a de atuação. Os demais, oito docentes, além de Química ministram outras disciplinas e, por isso, estão inseridos tanto no grupo 1 quanto no grupo 3 (licenciatura em área diferente daquela que atua). Tais dados revelam um afastamento com relação à meta 15 proposta pelo Plano Nacional de Educação, a qual estipula que todos os professores devem ser licenciados na área que lecionam. Ademais, em relação a situação funcional, dos treze professores, três são contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo. Esse dado indica que há um grande quantitativo de professores efetivos na região pesquisada, algo significativo, pois há profissionais estabilizados que podem desenvolver projetos de longa duração em suas instituições de ensino. Por fim, espera-se que as discussões aqui apresentadas contribuam para a construção de políticas públicas que atendam, de forma efetiva, às necessidades regionais relacionadas à formação de professores e às demandas profissionais dessa categoria, essencial para o desenvolvimento de nossa sociedade.

Palavras-chave: Perfil Profissional Docente. Professores de Química. Adequação profissional.

Introdução

Para conhecer a carreira docente em Química de alguma localidade é necessário verificar o perfil profissional dos professores que a compõem. Os estudos sobre o perfil de cada região para Silva, Silva e Ferreira (2022, p. 222) podem tornar, “[...] mais eficiente a construção de políticas públicas que atendam de forma efetiva os anseios regionais da formação de professores”. Ademais, também possibilita a identificação dos desafios e possibilidades atreladas ao desenvolvimento profissional docente destes educadores.

Galiza (2022, p. 31) define que, “[...] o perfil formativo docente é o delineamento de condições específicas de um professor visto de um determinado ângulo”. Ou seja, constituem os dados profissionais dos servidores em um determinado momento da carreira. Como a educação é algo dinâmico, essas informações se modificam constantemente, devido às mudanças formativas, tempo de carreira, condições de trabalho, políticas públicas, dentre diversos fatores externos e internos que afetam a situação de trabalho do magistério. Sobre isso concordamos com Silva, Silva e Ferreira (2022, p. 226) ao pontuarem que:

Não basta dialogar sobre profissionalização docente apenas na perspectiva da formação inicial e continuada, também precisamos abordar sobre as condições de trabalho, carreira, reconhecimento, políticas públicas ampliando o debate para fora dos muros escolares, sobre o contexto político, social, econômico e cultural no qual estão imersos os professores.

Portanto, muito além da dimensão formativa, é preciso mapear as informações profissionais dos docentes que atuam na Educação Básica, pois eles estão envolvidos, influenciando e sendo influenciados, por diferentes contextos desde a esfera escolar e institucional até a dimensão externa. Todos esses fatores podem impactar e/ou refletir dentro da sala de aula e no desenvolvimento profissional docente (Ferreira, 2023). Não desconsideramos a importância de pesquisas sobre a formação de professores, mas neste trabalho defendemos que as lentes sejam ampliadas para entender a esfera profissional do magistério.

Diante disso, formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: Qual o perfil profissional no magistério de química em algumas instituições de ensino públicas de três municípios do Vale do Jiquiriçá? Para responder essa indagação, elaboramos o seguinte objetivo geral: Analisar o perfil formativo de professores de química nas escolas públicas estaduais de três municípios do Vale do Jiquiriçá.

Metodologia

Por se tratar de uma pesquisa em Educação, utilizamos uma abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa documental (Tozoni-Reis, 2009). Os documentos têm potencial em nos expor informações substanciais. Nesta pesquisa, os documentos analisados foram os dados

funcionais de professores de Química que atuam nas escolas estaduais públicas de três cidades do Vale do Jiquiriçá no Estado da Bahia. A investigação sobre a temática advém de um projeto de Iniciação Científica (IC) vinculado a uma pesquisa mais ampla intitulada “Demarcando as fronteiras do Magistério em Química no Estado da Bahia: um mapeamento dos professores das escolas estaduais”, coordenada pela Profa. Dra. Mara A. Alves da Silva.

Neste estudo, como opção metodológica, adotamos um recorte dentro da jurisdição do Núcleo Territorial de Educação (NTE) 9, com sede em Amargosa, Bahia. O NTE 9 é responsável pela gestão das escolas públicas estaduais de 21 municípios do Vale do Jiquiriçá (Galiza, 2022). Por isso, o território da investigação foram três cidades, definidas para o desenvolvimento do projeto de IC, a qual codificamos de M-1, M-2 e M-3. Essas não serão identificadas devido a duas delas possuírem apenas uma instituição de ensino pública estadual, fato que compromete o anonimato.

Tendo isso em vista, visitamos as três cidades selecionadas para obter os seguintes dados de pesquisa: faixa etária, gênero, tempo de carreira, situação funcional, carga horária e formação. As informações investigadas referem-se aos professores de química que atuavam nas escolas identificadas para este estudo. Destacamos que, neste trabalho, compreendemos como professores de Química tanto os profissionais graduados na área quanto aqueles oriundos de outras formações que lecionam essa disciplina. Além disso, entendemos que as informações obtidas têm o potencial de revelar aspectos relevantes sobre o magistério nos três municípios analisados.

Os dados obtidos, exclusivamente das escolas, foram organizados em fichas, tabulados e sistematizados em gráficos e quadros para obter uma visão panorâmica da situação investigada e discuti-los a partir dos referenciais teóricos definidos para este trabalho. Nesse procedimento utilizamos a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) como método analítico. Esse método é o mais adequado ao presente estudo pois permitiu a interpretação de significados presentes nos dados coletados pelos documentos funcionais.

Resultados e Discussão

Antes de apresentarmos os dados analisados, achamos prudente situar sobre o campo de estudo. De acordo com o último Censo Demográfico (Brasil, 2023), a população do Território dos três municípios totalizava 58.532 habitantes. Em que, M-1 possui 4.415 indivíduos, M-2 tem 8.153, e M-3, com o maior valor dentre eles 45.964. As três cidades pertencem à mesorregião Centro Sul Baiano e à microrregião de Jequié (Brasil, 2021). O Quadro 1 sistematiza essas informações.

Quadro 1- Dados do campo de estudo

Município	População	Número de Escolas		Matrículas no Ensino Médio	
		Públicas	Privadas	Públicas	Privadas
M-1	4.415	1	0	160	0
M-2	8.153	1	0	237	0
M-3	45.964	2	3	1.636	257
Total	58.532	4	3	2033	257

Fonte: Brasil (2023)

Outra opção metodológica adotada neste trabalho foi a análise de dados referentes às escolas públicas de Ensino Médio, considerando que esse nível de ensino inclui a disciplina de Química em seu currículo básico e constitui o foco do projeto de pesquisa mencionado anteriormente, ao qual este estudo está vinculado. A partir do Quadro 1, percebemos que no campo deste estudo, estão inseridas sete escolas de Ensino Médio, sendo quatro delas públicas estaduais – recorte desta investigação. As escolas públicas da região pesquisada totalizam 165 docentes da rede básica estadual de ensino e 2.033 alunos matriculados nessa modalidade (Brasil, 2024).

A partir dos dados obtidos nas secretarias das escolas que compuseram o *locus* desta pesquisa, refinamos os resultados obtidos, identificando que os municípios M-1 e M-2 tem apenas uma escola estadual e o município M-3 possui duas instituições de ensino. O quantitativo de professores de química nos colégios investigados foi disposto no Quadro 2, que constitui no *corpus* de análise desta investigação.

Quadro 2- Quantidade de docentes por município

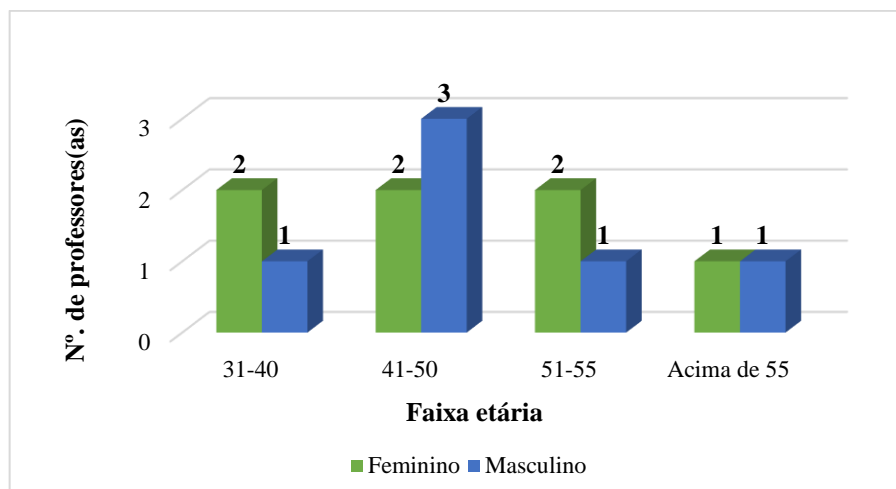
Município	Escolas	Número de professores de química
M-1	A	1
M-2	B	3
M-3	C	6
	D	3
Total	4	13

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A partir dos dados dispostos no Quadro 2, notamos que a maioria dos docentes de Química estão concentrados no município M-3. Atribuímos essa distribuição considerando a maior densidade demográfica dessa cidade, e ao fato de a mesma, possuir duas escolas estaduais em contraponto aos outros dois outros municípios. Na sistematização das informações de todas as escolas, identificamos 13 professores que lecionam e/ou são graduados em Química nas

instituições. Os dados desses docentes foram tabulados e ao combinar as informações da faixa etária e do gênero dos educadores, obtivemos o Gráfico 1.

Gráfico 1- Faixa etária e gênero dos docentes



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A partir do Gráfico, verificamos que dos treze docentes, sete são mulheres, e seis homens. Essa distribuição revela um certo equilíbrio na ocupação do cargo por ambos os gêneros. Assim como os dados revelados neste trabalho, na pesquisa desenvolvida por Rocha (2024), também quase houve uma equiparação do quantitativo entre homens e mulheres lecionando Química. O autor atribui essa distribuição devido à proximidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) com relação aos municípios investigados por ele (Rocha, 2024). O mesmo pode ocorrer com as três cidades do recorte deste trabalho, as quais estão localizadas próximas a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Uma vez que, entendemos que ao haver a disponibilidade de uma instituição pública de Ensino Superior, há uma universalização do acesso aos cursos de formação de professores.

Contudo esse cenário de homogeneidade na ocupação do cargo por ambos os gêneros não é comum. Com relação a isso, Galiza (2022) apontou que do total de profissionais identificados, houve uma predominância de homens, na investigação realizada nos municípios de Amargosa, Mutuípe e Santa Inês. Sobre isso, Santos e outras autoras (2023, p. 17526) expõem que, “[...] observa-se que as áreas das Ciências Exatas ainda são pouco representativas no que diz respeito à participação feminina”. Geralmente ramos que envolvem o cuidar estão ligadas ao feminino (por exemplo, a Educação Infantil), enquanto aquelas às quais isso não é o fator principal, estão atreladas aos indivíduos masculinos.

Apesar disso, acreditamos que esses rótulos precisam ser modificados, pois a área de Química também pode e deve ser constituída por mulheres. Assim como também, é preciso

ressignificar o cuidar, como uma atribuição que compete às pessoas, independentemente do gênero.

Com relação a distribuição da faixa etária constatamos que todos, possuem mais de 30 anos, com a maior parte deles (cinco) concentrados na faixa dos 41-50. Ou seja, esses são professores mais experientes e com mais tempo de magistério. Para aprofundar essa discussão, construímos o Quadro 3, que articula algumas informações relacionadas a idade, gênero, situação funcional, e o tempo de docência dos professores.

Quadro 3- *Idade, gênero, situação funcional, e o tempo de docência dos professores*

Código	Situação Funcional	Gênero	Tempo que leciona	Idade
PD ¹ -1	REDA ²	Feminino	26 anos	57
PC-2	Efetiva	Feminino	25 anos	48
PD-3	Efetiva	Feminino	24 anos	43
PC-4	Efetiva	Feminino	24 anos	54
PC-5	Efetiva	Feminino	22 anos	51
PB-6	REDA	Feminino	16 anos	39
PB-7	Efetiva	Feminino	6 anos	37
PC-8	Efetivo	Masculino	25 anos	45
PA-9	Efetivo	Masculino	24 anos	47
PC-10	Efetivo	Masculino	22 anos	47
PC-11	Efetivo	Masculino	20 anos	57
PD-12	Efetivo	Masculino	17 anos	54
PB-13	REDA	Masculino	10 anos	37

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A partir do Quadro 3, notamos que grande parte dos educadores (nove) possuem vinte ou mais anos de docência. Considerando que os docentes seguiram ininterruptamente na carreira, sem descontinuidades e, subtraindo o tempo de trabalho da idade, percebemos que seis (PC-2; PD-3; PB-6; PC-8; PA-9; PC-10), do total dos professores com esse tempo de magistério, iniciaram na docência na faixa etária de 19-25 anos.

Considerando as mesmas condições pontuadas anteriormente³ para os professores com até vinte anos de tempo que lecionam, verificamos que quatro (PD-1; PC-4; PC-5; PC-11) começaram a lecionar um pouco mais velhos na faixa etária dos 29-37 anos. Atribuimos isso ao que foi apontado por Galiza (2022), com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ocorreu a exigência de profissionais graduados na licenciatura plena, como

¹ Código para: Professor que atua na escola D. A mesma codificação é utilizada para as demais instituições de ensino.

² Sigla do tipo de contrato realizado no Estado da Bahia, denominado “Regime Especial de Direito Administrativo”.

³ As condições foram continuidade na carreira e subtração entre a idade e tempo de atuação dos professores.

exigência mínima para atuar na Educação Básica. Com isso, a graduação e estudos posteriores demandam determinado tempo, isso evidencia a necessidade de uma faixa maior de idade para entrada desses docentes na profissão.

Em relação às informações relacionadas a aposentadoria, e levando em conta, os requisitos da idade mínima de 52 anos e contribuição de 25 anos para aposentadoria voluntária de mulheres do estado da Bahia (Bahia, 2023). Podemos inferir, ao observar os dados do Quadro 3, que duas professoras têm uma idade superior a estabelecida para sua aposentadoria (PD-1, PC-4) e outras duas (PC-2 e PC-5) completarão essa idade nos próximos cinco anos.

O caso da professora PD-1 chama bastante atenção. Visto que, ela possui 57 anos e está vinculada a um contrato empregatício temporário, denominado Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). De acordo com Leal, Silva e Lima (2024, p. 4), “[...] essa situação evidencia uma falta de seguridade no emprego”. Uma vez que, profissionais que ocupam cargos desse tipo de regime especial podem ser demitidos a qualquer momento ou ser retirados da sua área de atuação devido a efetivação de um docente da mesma área, por exemplo.

Atentando para a idade e o tempo de docência necessários para aposentadoria no Estado da Bahia, consideramos que é mais improvável que PC-1 preste um novo concurso público para sua efetivação como docente. Tendo em vista que, a mesma está no estágio de finalização da carreira que, segundo Ferreira (2023, p. 110), “[...] comumente apresenta uma tendência ao desinvestimento profissional, saturação e desencanto”. Em contrapartida, à docente PB-6 que também está no mesmo regime empregatício, tem mais dez anos de atuação pela frente, com a possibilidade de prestar um novo concurso público para se tornar professora efetiva.

Para os professores, as exigências para finalização da carreira modificam se comparada às mulheres, os requisitos indicam uma idade mínima de 55 anos e contribuição de 30 anos para aposentadoria voluntária de Homens do Estado da Bahia (Bahia, 2023). A partir dos dados (Quadro 3), percebemos que PC-11 já possui dois anos a mais da idade mínima necessária. Contudo, ainda precisa completar mais dez anos de contribuição para solicitar sua aposentadoria, uma vez que o mesmo possui vinte anos de docência. O mesmo vale para PD-12 que está próximo de completar a idade mínima, mas precisa de mais anos de contribuição, tem dezessete e precisa de mais treze.

Levando em conta os dados para ambos os gêneros, percebemos a presença de um corpo docente relativamente maduro isso indica que haverá a necessidade de novos concursos públicos para efetivar novos professores. Sobre isso, Leal, Silva e Lima (2024, p. 5-6, grifos nossos) alertaram sobre a escassez de certames no Estado da Bahia e pontuaram a questão das aposentadorias:

[...] detectamos a discrepância de tempo para a realização de concurso público para professor efetivo na Bahia. Entre os editais de 2010 e 2017 levaram sete

anos para a realização de um novo certame. Entendemos que isso configura em **um longo período, deixando as instituições escolares desprovidas de um corpo docente efetivo para cumprir a carga horária de aulas do currículo das instituições estaduais.** Em relação ao tempo da realização entre os certames de 2017 e 2022 foi menor que o anterior, em torno de cinco anos, um espaço de tempo ainda elevado, **quando pensamos na questão da mobilização que ocorre nos espaços educacionais como, por exemplo, aposentadorias e desligamentos de professores nas escolas.**

Portanto, assim como os referidos autores, também defendemos a necessidade de mais concursos públicos para a efetivação de professores. Em relação a essa questão, ao observarmos o Quadro 3, notamos um maior quantitativo de educadores efetivos, algo significativo, pois há profissionais estabilizados que podem desenvolver projetos de longa duração em suas instituições de ensino. Além disso, consideramos esse um fator positivo, uma vez que, um professor efetivo possui um ambiente de ensino estável, e em muitos casos prioridade para completar a sua carga horária ministrando a disciplina da sua formação (Leal; Silva; Lima, 2024).

Contudo, nesta e em outras pesquisas (Rocha, 2024; Galiza, 2022; Silva; Silva; Ferreira, 2022; Silva; Ferreira; Silva, 2021), percebemos que é comum a falta de adequação da formação com a área de atuação. Com relação a isso, construímos o Quadro 4.

Quadro 4. - Adequação da formação com a área de atuação

Código	Graduação	Disciplinas	Categorias de adequação da formação
PD -1	Licenciatura em Química	Física (11 aulas) Eletivas (6 aulas)	Grupo 3 ⁴
PC-2	Licenciatura em ciências com habilitação em Química	Vice-Diretora (40h)	
PD-3	Licenciatura em Química	Química (19 aulas), Eletivas (4 aulas), física (2 aulas)	Grupo 1 ⁵ e Grupo 3
PC-4	Licenciatura em Química	Química (12 aulas), Disciplinas dos cursos técnicos (11 aulas)	Grupo 1 e Grupo 3
PC-5	Licenciatura em ciências com habilitação em Química	Química (22 aulas), Disciplinas dos cursos técnicos (4 aulas)	Grupo 1 e Grupo 3
PB-6	Pedagogia - Licenciatura em Química	Química (9 aulas) Eletivas (2 aulas)	Grupo 1 e Grupo 3

⁴ Grupo 3: “Docentes com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona.” (Brasil, 2014a, p.5)

⁵ Grupo 1: “Docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído.” (Brasil, 2014a, p.5)

PB-7	Licenciatura em Biologia - Licenciatura em Química- Bacharelado em direito	Diretora (40h)	
PC-8	Licenciatura em Química- Licenciatura em matemática (em andamento)	Química (20 aulas), Disciplinas dos cursos técnicos (5 aulas)	Grupo 1 e Grupo 3
PA-9	Licenciatura em Química	Química (13 aulas), Física (9 aulas), Matemática (4 aulas)	Grupo 1 e Grupo 3
PC-10	Licenciatura em Química- Licenciatura em matemática- Licenciatura em física	Física (22 aulas)	Grupo 1
PC-11	Licenciatura em Química	Química (18 aulas), Química analítica (2 aulas), Disciplinas dos cursos técnicos (6 aulas)	Grupo 1 e Grupo 3
PD-12	Bacharelado em zootecnia- Licenciatura em biologia	Química (9 aulas), Biologia (3 aulas), Física (8 aulas), Eletivas (2 aulas)	Grupo 1 e Grupo 3
PB-13	Licenciatura em Biologia	Química (5 aulas), Física (3 aulas), Eletivas (2 aulas)	Grupo 3

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Ao observar o Quadro 4, percebemos que a grande maioria dos educadores são licenciados em Química (onze). Dentre todos eles, um leciona apenas a disciplina da sua área de formação (PC-10). O professor PC-10 é licenciado em química, física e matemática, ele atua na escola C que possui outros cinco professores habilitados em Química. Apesar de essa ser uma escola grande, PC-10 é o único que está adequado. Atribuímos isso ao fato de que física é uma área carente de docentes. Tendo em vista que, “[...]dentre as disciplinas que compõem a área das Ciências da Natureza, [...], apresenta o menor percentual de docentes com formação adequada” (Slovinski; Alves-Brito; Massoni, 2023, p. 7).

Considerando os indicadores de Adequação da Formação Docente (Brasil, 2014a), PC-10 se caracteriza no grupo 1 (licenciatura em área específica). Os demais, além de Química lecionam outras disciplinas. Esses também estão inseridos no grupo 1, em conjunto com o grupo 3 (licenciatura em área diferente daquela que atua). Observamos que mesmo sendo efetivo PD-12 (licenciado em biologia) possui mais horas de atuação em Química e física do que em sua disciplina de formação. De acordo com Galiza (2022, p. 38) é importante, “[...] uma formação específica na área de atuação, pois essa fornece as bases para a construção do conhecimento pedagógico especializado”. Logo, ao atuar menos em biologia, esse docente perde oportunidades de desenvolvimento das suas atividades pedagógicas.

Ademais, notamos que a docente PD-1 licenciada em Química não ensina na sua disciplina de formação, assim como PB-13 que é licenciado em biologia e não leciona na sua área (Quadro 4). Ambos fazem parte do grupo 3, e se encontram com vínculo empregatício REDA, ou seja, estão sujeitos a ocupação das matérias disponíveis para completar sua carga horária, mesmo que estas estejam fora das suas áreas de atuação. Tal situação demonstra a precarização da carreira que foi evidenciada em outras pesquisas (Rocha, 2024; Galiza, 2022; Silva; Silva; Ferreira, 2022; Silva; Ferreira; Silva, 2021), indicando que é algo recorrente nessa modalidade de contrato.

Analisando os dados aqui apontados, percebemos que para todos professores contratados pelo regime empregatício REDA (PD -1, PB-6 e PB-13), há falta de adequação da formação com a atuação. Considerando que, no Edital Sec/Sudepe⁶ N° 13/2025 indica que o requisito para inscrição seja o diploma em curso de Licenciatura plena em Química, ou Licenciatura plena em Ciências da Natureza, ou em Licenciatura interdisciplinar em Ciências da Natureza e suas Tecnologias ou diploma de habilitação específica em Química (Bahia, 2025). Ainda assim, esses professores acabam completando a carga horária com disciplinas diferentes daquele referente ao processo seletivo em que se inscreveram. Ou seja, ocorre um desvio de função, refletindo assim a precarização desse regime empregatício.

No entanto, identificamos essa mesma problemática para os docentes efetivos. Os autores Leal, Silva e Lima (2024, p. 3) destacam que em tese, “[...] o professor concursado tem o seu local de trabalho definido com demandas previstas no edital”. Contudo, relacionando esse fato com os dados dessa pesquisa, percebemos que apesar de estarem efetivados e terem garantia de emprego em relação aos profissionais contratados, ainda assim não são assegurados pela lei a atuação na área formativa. Tais dados revelam um afastamento com relação à meta 15 proposta pelo PNE, esta estipula que todos os professores “[...] possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (Brasil, 2014b, p. 6).

Essas situações indicam que a precarização também ocorre com professores efetivos. Essas questões precisam ser problematizadas para o cumprimento da legislação vigente (Brasil, 2014b). E debatidas em todas as esferas educacionais, com a melhoria das condições do trabalho e condições diversas que podem comprometer o desenvolvimento profissional docente.

Considerações Finais

⁶ SEC: Secretaria de Educação
SUDEPE: Superintendência de Recursos Humanos da Educação

Neste estudo buscamos analisar, por meio dos documentos funcionais, o perfil profissional dos professores de Química de três municípios do Vale do Jiquiriçá. O recorte feito revelou que na ocupação dos cargos, há certo equilíbrio entre os gêneros. Esse fato foi associado à proximidade da UESB com as cidades analisadas, pois há a possibilidade de acessar os cursos de licenciatura que são ofertados na região.

Os resultados também expõem, um corpo docente majoritariamente experiente e efetivo, com predominância de licenciados em Química. Contudo, observamos dados desanimadores com relação a desvios da área de atuação em relação a formação para ambos os tipos de situações funcionais, em que apenas um dos professores está adequado. A partir da discussão com outras investigações, percebemos uma recorrência da precarização vinculada aos contratos temporários (REDA), na qual dois dos três professores que atuam nesse regime, sequer lecionam as disciplinas que são graduados.

Dessa forma, concluímos que existe um distanciamento entre a realidade escolar da região investigada e o que estabelece a Meta 15 do PNE. Este e outros trabalhos (Rocha, 2024; Galiza, 2022; Silva; Silva; Ferreira, 2022; Silva; Ferreira; Silva, 2021) confirmam que essa situação é frequente nas escolas baianas. Além disso, entendemos que tais evidências reforçam a urgência de fiscalizar a legislação vigente (Brasil, 2014b) e a elaboração de novas políticas públicas que garantam condições adequadas de trabalho, valorizem a carreira docente e promovam a formação específica e contínua. Almejamos que as reflexões apresentadas aqui contribuam para o cumprimento dos editais de concursos públicos no estado da Bahia, assegurando a correspondência entre a formação acadêmica e a área de atuação dos professores.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAHIA. **Manual de Aposentadoria**: Emendas à Constituição Estadual N^{os} 26/2020 e 27/2021. Salvador: PGE, 2023. Disponível em: <https://www.pge.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/Manual-Aposentadoria-web.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Processo seletivo simplificado**: edital SEC/SUDEPE n^o 13/2025. Salvador: SEC, 10 maio 2025. Disponível em: <https://www.inscricao.uneb.br/educbasica2025>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. IBGE. **Território**: Divisão Territorial Brasileira - DTB 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. IBGE. **População residente**: Censo 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados - Atualizado em 22/12/2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em: 20 jul. 2025

BRASIL. INEP. **Painéis Estatísticos:** Censo Escolar. Atualizado em 14 ago. 2024. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWw0YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 20 jul. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Nota Técnica nº 020/2014:** Indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Brasília, DF: INEP, 2014a. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, p. 1-7, 26 jun. 2014b.

FERREIRA, Lúcia Gracia. **Desenvolvimento profissional e carreira docente brasileira:** interseções e diálogos com professores da educação básica. Campinas: Pontes Editores, 2023.

GALIZA, Lucas dos Santos. **Analisando o perfil formativo de professores de Química:** um estudo em algumas escolas públicas do território de identidade do Vale do Jiquiriçá. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Química) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2022.

LEAL, Jayne Santos; SILVA, Mara Aparecida Alves da; LIMA, Geronimo Lopes. Concurso público para o magistério da Bahia: uma análise crítica das provas de química. **Debates em Educação**, v. 16, n. 38, p. 1-20, 2024.

ROCHA, Marcelo Santos. **Revelando o perfil profissional na docência de química:** uma análise em algumas escolas estaduais de docentes. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Química) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2024.

SANTOS, Camila Fernanda Martins dos; DONATO, Yasmim Vitória de Oliveira; QUEIROZ, Marina Muniz de; OLIVEIRA, Gabriela. A presença feminina nos departamentos das áreas de ciências exatas do CEFET-MG. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 12, p. 17525-17542, 2023.

SILVA, Mara A. Alves da; SILVA, José Gilberto da; FERREIRA, Lúcia Gracia. Profissionalização Docente: reflexões sobre o perfil do professor de química. In: FERREIRA, Lúcia Gracia; SANTOS, Fábio Viana; FERRAZ, Roselane Duarte; SILVA, Mara A. Alves da (Orgs.). **Ensino, diversidade e formação docente**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 221-241.

SILVA, Mara A. Alves da; FERREIRA, Lúcia Gracia; SILVA, José Gilberto da. Professores da educação básica do município de Amargosa-BA: uma análise do perfil pessoal-profissional. **Educação em Análise**, Londrina, v. 6, n. 2, p. 207-220, 2021.

SLOVINSCKI, Luciano; ALVES-BRITO, Alan; MASSONI, Neusa Teresinha. Um diagnóstico da formação inicial de professores da área de ciências da natureza na perspectiva do ensino de astronomia. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 45, p. 1-23, 2023.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.